

DAS RELAÇÕES ENTRE ESCRITA E PERFORMANCE: O FUTEBOL EM MOÇAMBIQUE COLONIAL

NUNO DOMINGOS*

RESUMO

Partindo do caso particular do desenvolvimento do jogo de futebol nos subúrbios da capital de Moçambique colonial - Lourenço Marques - este texto procura pensar a relação entre a performance corporal e a escrita. O seu objetivo principal é interpretar a forma como os regulamentos e códigos escritos que permitiram a disseminação de uma versão ortodoxa de futebol moderno pelo mundo foram adotados pelos habitantes do subúrbio de Lourenço Marques. Argumentar-se-á que se a escrita foi fundamental para fixar uma base performativa, a sua moral está sujeita a transformações contextuais, negociações e subversões. Desse modo, o futebol do subúrbio pobre de Lourenço Marques absorveu um conjunto de moralidades e sentidos práticos que remetem necessariamente para a experiência social específica desta periferia sob domínio colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo. Futebol. Modernidade. Moçambique.

ABSTRACT

Based on the particular case of soccer's development in the suburbs of the capital of colonial Mozambique - Lourenço Marques - this article tries to interpret the relationship between corporal performances and writing. Its main purpose is to understand how the regulations and written codes that allowed the spread of an orthodox version of modern soccer through the world were adopted by the inhabitants of suburban neighborhoods in Lourenço Marques. It will be argued that if written codes were essential to secure a performative platform, its intrinsic moral was subject to contextual changes, negotiations and subversions. Thus, the soccer of Lourenço Marques poor suburbs absorbed a set of moralities and practical senses that should be necessarily related to the urban periphery specific social experience under colonial rule.

KEYWORDS: Colonialism. Soccer. Modernity. Mozambique.

Introdução

A disseminação do desporto moderno pelo mundo realizou-se por intermédio da institucionalização de um conjunto estruturado de práticas físicas. Uma das dimensões mais relevantes desse processo foi o surgimento de códigos escritos, corpos de regras que procuravam enquadrar os movimentos dos corpos. O desempenho dos praticantes num jogo como o futebol depende em grande medida da moldura performativa engendrada pelas regras da modalidade. Se a capacidade de o desporto moderno vingar enquanto prática e lazer dominante dependeu significativamente das possibilidades conferidas pela escrita, este processo não decorreu, no entanto, de modo linear, estando sujeito a um conjunto de negociações e subversões, cujos significados devem ser interpretados à luz dos quadros históricos que envolvem a performance. O caso da introdução do futebol em Moçambique colonial, nomeadamente no subúrbio da sua capital, a então Lourenço Marques (Maputo desde a independência do país em 1975), serve aqui de estudo de caso para a análise da relação entre a escrita e a performance desportiva. A partir da dinâmica instável de uma linguagem corporal específica procura-se-á interpretar de que modo a institucionalização do futebol em Lourenço Marques expressou originalmente a complexidade da situação colonial; e de como a escrita criou condições para o desenvolvimento de uma prática que assumiu múltiplas formas, algumas delas contrárias à própria moral imposta pela escrita.

No seu conhecido trabalho *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Jack Goody destacou a função descontextualizadora dos textos, falando do “impulso generalizador que a escrita tende a dar a estruturas normativas”.¹ A uniformização de regras escritas promovia novas formas de comunicação e de relação instituindo uma norma de relação, um conjunto de princípios que definiam o estabelecimento de um laço e que incentivavam, independentemente do seu conteúdo, a uma “conversão”.²

Esta norma não era apenas um meio de conceber determinada atividade: não sendo neutra, transmitia preceitos morais e ideias sobre o funcionamento das sociedades e o comportamento dos indivíduos, perfilhando uma ética, indicativa da ação social, e organizando a memória. A escrita tornara-se um instrumento de centralização do poder e de integração social e política em escalas progressivamente mais alargadas, do local ao regional, do nacional ao global, promovendo a disseminação de práticas e hábitos. No decorrer deste processo Goody refere-se à tensão entre a regra definida pela escrita e a organização da sociedade baseada no costume e na tradição, contextos onde a norma se definia pelo hábito e pelo símbolo e era transmitida oralmente.³

Estas tensões caracterizaram também a institucionalização do futebol, uniformizado e legislado pelos códigos escritos. Ao analisar o desenvolvimento do desporto moderno Norbert Elias refletiu longamente sobre a relação da escrita com o aparecimento de novas práticas físicas. O processo de desportivização,⁴ sustentado no encontro entre jogadores e equipas de contextos diferentes, dependia da existência de princípios básicos de organização da performance. Surgiram então versões codificadas das práticas desportivas, rompendo com modelos de performance anteriores subordinados a arranjos locais e vinculados a linhas de desenvolvimento provenientes de relações de proximidade e definidas pelo costume:

Nos estádios anteriores de desenvolvimento dos jogos-desporto, quando grupos locais, relativamente pequenos, de jogadores ou os seus protetores faziam as suas próprias regras, era de certa maneira fácil a alteração das mesmas para servir as necessidades dos jogadores e do seu público. Mas, quando organizações nacionais se tornaram as donatárias das leis, a polaridade entre a tendência dos jogadores para seguir as regras e para as iludir ou explorar ao máximo tinha a sua contrapartida, a um outro nível, na polaridade entre dois grupos diferentes, por um lado, entre aqueles que fazem as regras na cúpula de uma organização nacional e, por outro, os próprios jogadores. Os primeiros legislavam considerando a situação global do jogo e as suas relações com o público

em geral; os últimos, com frequência afastados do centro do poder, e no interesse das suas próprias oportunidades de vencer jogos, utilizavam a flexibilidade de todas as regras verbais, inventando processos de fugirem às malhas das leis e iludindo as intenções dos que as elaboravam.⁵

Ao procurarem definir a performance, os códigos escritos limitavam, por exemplo, a ocorrência de ações violentas no contexto dos jogos. A institucionalização destes preceitos emanava de um centro regulador para uma periferia composta por uma rede mais ou menos organizada de clubes, associações e grupos. Elemento fundamental no processo de formação de um campo de práticas e consumos desportivos⁶ esta disseminação das regras escritas delimitava “um espaço dos possíveis estilísticos”. Ao fazê-lo deu origem a reações de indivíduos e grupos que viveram a uniformização performativa encarnada pela escrita como uma repressão corporal, habituados a versões “mais livres” da prática. Esta reação proporcionou processos de negociação, subversão e transformação da versão ortodoxa do jogo.⁷ Os intérpretes do jogo que resistiram à “lógica da escrita” viram-se, porém, inevitavelmente atingidos por ela. Apesar de muitos não saberem ler nem escrever, a ordem da escrita transmitia-se insidiosamente no âmbito da interação desportiva, mediante um contencioso processo de interiorização e aprendizagem corporal. Onde o desporto se encontrava mais institucionalizado esta repressão corporal era vigiada pela ação das entidades que dentro e fora do espaço da performance zelavam pela aplicação da lei. Neste contexto, o árbitro, não por acaso chamado de juiz, instituía a autoridade da lei.

As interdependências existentes no quadro da performance, estimuladas por organismos que promoviam competições a uma escala espacial progressivamente mais ampla, não envolviam apenas comunidades de jogadores e praticantes. Elas arrastaram tendencialmente comunidades de adeptos. Para interpretar os jogos, estes deviam conhecer também, pelo menos numa versão rudimentar, as

regras da modalidade. As possibilidades conferidas pela escrita estendiam-se também à organização de uma cultura popular emergente. Os jogos organizados propiciaram a criação do que Berger e Luckmann chamaram de stocks de conhecimento específico, reservatórios de conhecimento partilhado por indivíduos que, de uma forma ou de outra, se relacionavam com determinada atividade.⁸

O association football em Moçambique

A institucionalização de um campo de práticas e consumos desportivos em Moçambique durante o período colonial absorveu as características da configuração histórica.⁹ Se enquanto fenómeno inscrito na cultura popular o desporto moderno disseminou-se pelo espaço urbano, fê-lo, porém, a partir de um conjunto de lógicas de fechamento. Num quadro dominado por uma ampla discriminação social e racial,¹⁰ o futebol, pela facilidade de execução e pelos seus baixos custos, foi o desporto que mais rapidamente chegou às margens sociais de cidades como Lourenço Marques, ao contrário de outras práticas desportivas que se tornaram exclusivas do lazer da classe colonial dominante, casos do ténis ou da vela, ou dos desportos praticados em contexto militar, casos do tiro, da equitação ou da esgrima. No subúrbio, à parte do espaço privilegiado da chamada “cidade de cimento”, vivia um largo contingente de população africana. Esta mole humana incluía uma mão-de-obra sazonal em movimento periódico para as minas sul-africanas,¹¹ bem como uma força de trabalho precária, empregada num conjunto de ocupações urbanas, desde o abundante emprego doméstico, até aos exigentes trabalhos no porto e no caminho-de-ferro.¹²

A carência de fontes torna difícil reproduzir com exatidão este processo inicial de propagação do futebol e os percursos das primeiras bolas chutadas nos bairros suburbanos. Há notícias de equipas formadas nesta periferia desde o início do século XX. Antes disso, já turmas

organizadas jogavam futebol no centro da cidade. A chegada de colonos já com experiência da prática do jogo na metrópole, entre os quais missionários de diferentes confissões; a presença de uma forte comunidade inglesa, que em grande medida dominava nesta altura a economia de Lourenço Marques, bem como as suas práticas de lazer; e o movimento constante de embarcações no porto da cidade são aspetos que oferecem indicações prováveis sobre os canais de expansão do jogo. A posição socialmente ambígua das elites crioulas, eixos de contacto entre os subúrbios e a infraestrutura urbana, administrativa e económica trazida pelo colonialismo, tornava os seus membros elementos de difusão de inúmeras práticas modernas. Foram os indivíduos pertencentes à pequena burguesia africana, sobretudo mestiça, que institucionalizaram o futebol no subúrbio. A condição de “assimilados” permitia-lhes estar à frente de associações, algo impossível para alguém com um estatuto de indígena. Os indígenas podiam, no entanto, jogar nestas equipas. A situação particular de Lourenço Marques enquanto reservatório de mão-de-obra para a África do Sul, uma das principais fontes de proveitos para o Estado colonial português, que alugava anualmente esta força de trabalho, gerou um movimento humano que deve ser tomado em conta enquanto fonte provável da chegada das bolas de futebol, em especial se considermos que nas principais cidades do território vizinho o jogo era uma prática corrente desde o último quartel do século XIX.¹³

Independentemente da sua origem precisa, os primeiros introdutores do jogo possuíam uma conceção, por mais precária que fosse, das regras básicas da modalidade. As normas do *association*, como era então conhecido, haviam sido adotadas pela Associação de Futebol Inglesa em 1863 depois de codificadas no contexto das atividades das Escolas Públicas do país. A diáspora britânica tratou de levá-las por todo o mundo. Em países que já possuíam uma tradição de futebol popular é

possível analisar, como o fez Elias, o choque entre o futebol moderno, gerido por regras escritas, e as diversas formas de futebol local, determinadas por arranjos contextuais e costumes, volúveis a modificações e adaptações diversas. No cenário social inglês da segunda metade do século XIX, o surgimento dos jogos modernos e a sua dinâmica performativa tornara-se num observatório para verificar um conjunto de processos de mudança estrutural que se repercutiam à escala individual, desde a dinâmica de centralização do Estado ao desenvolvimento da divisão social do trabalho, desde o grau de pacificação do quotidiano até à transformação das formas de autocontrolo individual e de restrição da violência.¹⁴

Embora alguns autores tenham salientado a existência de modelos de competição física, nomeadamente formas de luta, que constituiriam uma proto-história do desporto africano,¹⁵ no caso do futebol não existia em África uma tradição popular como encontramos na Europa estudada por Elias. Quando chegou ao subúrbio de Lourenço Marques, o jogo apresentava-se como uma nova prática já definida por um conjunto de regras relativamente estável. As memórias de antigos jogadores de futebol no subúrbio da capital de Moçambique – que jogaram nos bairros desde os anos trinta do século XX - dão indicações sobre a proliferação das chamadas “peladas de bairro”, realizadas com um número variável de jogadores, em campos improvisados, não exatamente confinadas a um espaço muito rígido e disputadas num período de tempo inconstante.¹⁶ E, no entanto, alguns dos princípios performativos já traduziam a razão da regra escrita: o jogo praticava-se com os pés e não com as mãos, havia um lugar fixo onde se marcavam golos e uma noção de que a vitória era o objetivo principal do jogo. Ainda assim, as determinações da escrita possuíam um poder limitado na definição do que era o jogo de futebol nestes encontros suburbanos. A partilha de um princípio mínimo de desempenho desportivo proporcionou um amplo

espaço performativo, onde os atletas se recriavam num contexto de interação coletiva. A criação de uma “ordem da interação”¹⁷ específica que caracterizava um padrão de jogo local, no sentido que lhe confere Dunning,¹⁸ fundava-se nesta troca corporal. Nasciam assim hábitos e normas não definidos pela escrita mas que constituíam como uma linguagem informal do próprio jogo. Esta ganharia imensos matizes, um conjunto de gramáticas estilísticas locais.

O poeta e jornalista moçambicano José Craveirinha procurou na década de cinquenta investigar, num conjunto de artigos de jornal, a tradição deste jogo suburbano.¹⁹ Deu relevo, então, a um conjunto de gestos habituais nestes desempenhos que, pela sua importância, mereceriam mesmo designações específicas.²⁰ Tais gestos revelavam algumas das possibilidades de recriação do jogo de futebol. Demonstravam também que, se este jogo não podia ser compreendido sem o recurso à base performativa garantida pela escrita, a sua interpretação corporal não era igualmente uma projeção da moral e da ética imposta pelo texto. Os corpos dos jogadores respondiam a outros hábitos e costumes decorrentes da sua experiência social mais alargada. O processo de institucionalização do futebol moderno em Lourenço Marques foi um laboratório deste conflito, onde preponderaram meios de apropriação e negociação da versão ortodoxa do jogo de futebol. Da mesma forma que para Elías o desporto foi um meio privilegiado para estudar as mudanças nas configurações sociais dominantes, o caso do futebol em Lourenço Marques colocava questões quanto à natureza deste processo de transformação urbana imposto pelo colonialismo.

A institucionalização pela escrita

Na segunda década do século XX diversos registos escritos comprovam a existência de clubes no subúrbio de Lourenço Marques. Depois do Mahafil Isslamo, fundado em 1915 pelas elites muçulmanas,

que exploravam um conjunto de redes comerciais na periferia urbana, surgiram até à década de trinta quase vinte clubes de futebol. Estes expressavam a existência de grupos de interesse neste espaço da cidade. Por afinidade religiosa, origem étnica ou familiar, estes clubes inscreviam-se na vida dos bairros e ajudaram a desenvolver uma dinâmica cultura popular urbana. Este processo de institucionalização ocorreu em simultâneo com a organização de competições regulares no centro da cidade, com origem na iniciativa associativa dos grupos de colonos. Em 1923 foi fundada uma associação de futebol representativa deste associativismo desportivo colono, a Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM). No ano seguinte, no subúrbio da cidade, surgiu a Associação de Futebol Africana (AFA). A cisão associativa indicava o desenvolvimento segregado de um campo de práticas desportivas. As equipas do subúrbios não jogavam com as da AFLM e até à década de sessenta o número de jogadores que transitou da AFA para os chamados “clubes da baixa” da cidade foi muito exíguo. O contexto do fim do indigenato, em 1961, deu origem a uma maior abertura, num tempo de grande pressão internacional sobre o império português e quando se iniciaram também as guerras coloniais.

A AFA tinha ligações próximas com o Grémio Africano de Lourenço Marques (GALM), associação fundada em 1908 que concentrava a oposição crioula às políticas do governo local. Para fazer ouvir a sua voz, esta resistência empregava as armas facultadas pela imprensa escrita, em especial em publicações como *O Africano* (1908) e *O Brado Africano* (1918).²¹ Perante a progressiva presença do Estado colonial no terreno e a instituição de um sistema de indigenato racialmente segregador outras vias foram procuradas para organizar o protesto. A capacidade do futebol criar laços entre uma comunidade suburbana que juntava populações com origens muito diferentes vinha-se revelando excepcional. Para os líderes do GALM, os clubes de futebol

do subúrbio deviam oficializar a sua condição, o que se conquistava solicitando aos Serviços de Administração Civil a aprovação de estatutos, publicados no Boletim Oficial de Moçambique. Antes deste procedimento, o governo verificava a idoneidade dos dirigentes dos clubes e precisava se entre eles se encontrava algum indígena, circunstância proibida pela lei. A escrita validava a entrada deste grupos desportivos numa esfera pública colonial, apesar de continuarem a desenvolver uma atividade à parte. A função e os usos da escrita revelavam-se ambivalentes. Ao proporcionar aos membros das associações um espaço legítimo de participação abriam também a possibilidade de, a partir dessa posição, se criarem novas formas de organização e reivindicação. O Estado reconhecia este hipotético perigo mas também estava ciente que tal integração era favorável à prossecução de estratégias de assimilação política e de fragmentação do “espaço africano”. O regime colonial incentivou a dissensão associativa, esforçando-se por reificar divisões já existentes sob outras formas. A criação em 1932 de uma associação de negros católicos, o Instituto Negrófilo, procurava acentuar a divisão entre negros e mestiços promovendo uma nova elite africana assimilacionista e em linha com as opções do poder.²² A redação dos estatutos dos clubes do subúrbio expunha também estas diferenças, notórias na definição diferenciada das condições exigidas àqueles que podiam ser os seus sócios. A dificuldade em alcançar uma noção comum do que era um “africano”, por exemplo, traduzia de modo evidente esta divergência.

O papel da escrita no quadro da formalização do movimento desportivo associativo do subúrbio possuía, porém, outras dimensões. Se os estatutos assinalavam um vínculo firmado por documentos oficiais, a atividade propriamente desportiva desenvolvida pelos clubes deveria também assumir um nível de institucionalização que só a escrita poderia determinar. Nos estatutos dos diversos clubes locais bem como no

documento que formalizava a fundação da AFA enuncia-se a intenção de promover o *football association* de acordo com as regras definidas pelos seus centros reguladores. O regulamento da AFA, aprovado em 1935, não invoca, no entanto, as entidades responsáveis pela aplicação universal das regras, a Federação Internacional de Futebol Association (FIFA) e o International Board. Nessa altura, o modelo seguido foi o da associação de futebol de Joanesburgo (a Johannesburg African Football Association), cujo regulamento, no entanto, era uma extensão das regras definidas pelas instâncias internacionais.²³ Estes clubes assumiam que nos precários subúrbios de Lourenço Marques o futebol se desenvolveria por intermédio da sua versão universal, a base do desempenho desportivo. Se a aprovação dos estatutos de uma associação desportiva pelo Estado colonial inscrevia a atividade desse coletivo num espaço público reconhecido, a adoção da lei universal do futebol ligava o subúrbio a um espaço global de partilhas performativas. A conversão ao futebol moderno, que reforçou um conjunto de identidades locais, proporcionava o domínio de uma linguagem progressivamente universal.

Enquadrar a performance

O regulamento da AFA tratava de criar os fundamentos mínimos do desempenho desportivo.²⁴ O espaço do jogo não podia ser relativamente indeterminado como nas peladas de bairro. Linhas marcadas no chão desenhariam um retângulo, onde se colocariam nos cantos bandeiras e balizas em cada uma das pontas. Neste terreno delimitado realizar-se-iam jogos de 60 minutos divididos por um intervalo de cinco. Estes desafios seriam previamente organizados pelos clubes, destacando-se a este propósito a realização de um campeonato da AFA, onde todos os clubes inscritos participariam. Um calendário de jogos previamente determinado, escrito, portanto, inscrevia estas competições no tempo do subúrbio, normalmente ao domingo, quando

se descansava do trabalho. O futebol passava assim a fixar-se como um dos elementos de uma emergente cultura popular urbana nas margens urbanas de Lourenço Marques. Aquele era o tempo e o espaço do futebol. Emulando a especificidade de outros quadros normativos, o regulamento ambicionava antecipar o rol de acontecimentos que poderia ocorrer no âmbito de um jogo de futebol.

A escrita criava assim uma realidade própria, definindo a ação humana perante circunstâncias várias. Por exemplo, se pela existência de condições climatéricas adversas fosse impossível praticar futebol, ou se houvesse falta de luz, previa-se no regulamento os requisitos de repetição de jogos. Se um jogador ou uma equipa estivessem descontentes com o desenvolvimento da performance poderiam, nas circunstâncias elucidadas pelo texto, apresentar reclamações e recursos. Também se esclarecia acerca dos tipos de penalidade aplicados a certas infrações. Um clube que chegasse mais de 15 minutos atrasados a um encontro perdia o jogo por falta de comparência. O texto procurava disciplinar a performance ainda de outras formas. Uma equipa que abandonasse o campo perdia a sua parte na receita do jogo. Como este, muitos dos artigos do regulamento procuravam controlar a dinâmica do jogo, instável e permeável a inúmeros conflitos. O árbitro responsabilizava-se pelo cumprimento da lei e, nesse sentido, ele era o organizador principal da performance. O seu apito devia disciplinar os intérpretes, avaliando constantemente a adequação dos seus gestos e movimentos à moral idealizada do espetáculo. Esta instituía uma prática igualitária: duas equipas confrontavam-se em condições semelhantes e, idealmente, apenas se distinguiam uma da outra pelas estratégias e pelo talento dos seus valores individuais e coletivos. O espetáculo seria apresentado perante um público. As receitas amealhadas por estas competições ajudariam a sustentar a própria organização. Um Fundo de Auxílio, suportado por 5% das receitas dos jogos sustentava algumas das

condições de enquadramento da performance, assentes numa divisão do trabalho. Pagar-se-ia desta verba o policiamento dos campos, os cobradores de bilhetes, os indivíduos responsáveis pela manutenção do recinto, os impostos devidos ao Estado pela realização do espetáculo e o necessário transporte caso algum jogador se magoasse durante os jogos. Tais encargos serviam uma comunidade delimitada pela AFA por intermédio de uma necessária inscrição. Os jogadores recebiam um cartão de identificação, apresentado obrigatoriamente no início dos jogos.

Os jogadores deviam atuar equipados, com botas, meias, calções e camisolas. Assim, reconheceriam em campo os seus colegas, já não apenas pelos seus corpos e pelas suas caras, mas pelo equipamento, distinguindo-os com maior facilidade dos seus adversários. Os símbolos e as cores das equipas ajudavam a revelar as várias comunidades urbanas associadas aos clubes. Identificavam-se aqueles que pertenciam ao grupo de relações mais próximas mas, simultaneamente, e talvez de forma mais significativa, aqueles que pertenciam a outros grupos mas que participavam também em sociabilidades locais, em inúmeras e regulares interações. Estes últimos laços, que não reificavam as pertenças sociais mais significativas, o que Gluckmann designou por laços múltiplos (*multiplex ties*),²⁵ tinham um efeito de coesão significativo, no quadro do que Granovetter designou pela “força dos laços fracos”.²⁶ A um nível de construção quotidiana menos invisível, havia processos organizados de imaginar uma comunidade. O regulamento da AFA assumia o desejo em formar uma equipa representativa da associação. Juntavam-se os que no subúrbio se tivessem destacado como os melhores intérpretes do futebol *association*. Uma seleção da AFA representava o subúrbio em jogos contra turmas provenientes da África do Sul. De modo inusitado, estas partidas, ditas internacionais, ocorreram décadas antes de Moçambique se tornar uma nação.²⁷

A atenção dedicada aos uniformes dos jogadores envolvia ainda outros significados. O rigor com a roupa era um sinal de integração social. Em inúmeros contextos coloniais as elites locais procuravam aderir à norma instituída pelo código de vestuário do colonizador. Se a AFA exigia às equipas e aos jogadores uma apresentação cuidada durante os jogos, alguns clubes levavam estas exigências mais longe, procurando incluir nos seus estatutos indicações quanto ao modo como os atletas deveriam trajar fora dos momentos da performance, em situações de representação do seu clube. Estas exigências enunciavam também a importância dada à questão da representação. No campo, mas também noutros momentos rituais, os jogadores não se representavam apenas a si próprios, mas aos seus clubes e respetivos adeptos.²⁸ A sujeição a um código de vestuário aplicava-se também aos sócios do clube quando estes se encontravam em ocasiões oficiais. Nem todos os clubes exigiam estes requisitos. O rigor com os códigos de vestuário foi típico das agremiações cujos membros se encontravam socialmente mais próximos das elites coloniais, aqueles com capitais económicos e culturais mais elevados.

Nos estatutos do Clube Desportivo João Albasini, nome atribuído ao clube em homenagem ao mais notável membro do movimento associativo africano em Lourenço Marques,²⁹ há um capítulo dedicado à questão dos “uniformes e distintivos”.³⁰ Aí se explica que:

Art. 50 Os sócios poderão usar os seguintes uniformes: 1.º Casaco de flanela riscada a preto, branco e verde, com dois botões na frente e dois pequenos em cada canhão, debruado a verde, com o distintivo do Clube, do lado esquerdo, sobre o peito, e calça de flanela branca. 2.º camisa, sendo metade branca e metade verde, com a gola e mangas pretas e calção preto. 3.º Camisola branca, com as mangas curtas e debruadas a verde, tendo sobre o peito a insígnia do Clube, com Om, 15 de diâmetro, e calção preto. Art. 51 – O uniforme n.1 poderá usar-se nos actos oficiais do Clube; o n.º 2 é exclusivo e obrigatório dos jogadores de futebol e o n.º 3 é também obrigatório e exclusivo para concursos de desporto atléticos efetuados no Clube.³¹

Embora jogassem numa competição à parte, discriminados pelo Estado colonial e pela sociedade colona, a atividade destes clubes africanos procurava corresponder a modelos de organização típicos dos modelos de atividades desportivas modernas promovidas pelos europeus. Tais disposições incluíam-se na defesa mais genérica de uma ação civilizadora e educativa que, perante a inoperância do Estado colonial, era promovida por uma elite que não aceitava as teorias de superioridade racial típicas das políticas coloniais do regime português. Os estatutos de alguns clubes do subúrbio, representativos da elite local e do espaço da fronteira entre o centro e a periferia urbana, imaginavam uma comunidade de sócios enquanto um coletivo revelador de uma elevação civilizacional. A indumentária de equipas como o João Albasini assinalava um desejo de superação. Vestidos com casacos e calças de flanela, devidamente identificados pela cor do tecido e pela colocação dos botões, estes sócios imaginados pelo texto dos estatutos utilizavam esta simbologia não apenas para demonstrar a sua assimilação cultural mas também como meio indireto de reclamação de igualdade de direitos.

No pós-guerra esta comunidade imaginada pelos textos dos estatutos contrastava com uma concreta população suburbana em dramático crescimento, atraída pelas oportunidades conferidas pela cidade e instalada num subúrbio com frágeis condições de habitabilidade.³² Carências alimentares, problemas de higiene e de doenças, sujeição a catástrofes naturais, a incêndios, completavam um cenário de enorme instabilidade existencial, substancialmente promovido por um enquadramento laboral precário, abusivo, violento e desregulado. Este era o contexto onde se reproduzia de forma barata uma mão de obra descartável. Neste espaço, entre as habitações, o futebol propagava-se cada vez mais. Jogado nos espaços ainda livres, muitas vezes com bolas improvisadas e de pé descalço, adquiriu moralidades próprias e

morfologias criativas. Estas variedades da performance não eram facilmente controláveis pelos artigos e alíneas dos regulamentos de clubes e associações desportivas, nem pela ambição destes textos em pré-determinar o mais especificamente uma condição desportiva e social. A concretização da performance idealizada pela escrita dependia da eficácia de diversos elementos. Exigia, por um lado, instituições suficientemente capazes de impor a moral do regulamento, a existência de uma burocracia ativa e competente. Por outro, o sucesso destas ações de regulação relacionava-se com a intensidade da resistência dos performers aos próprios preceitos definidos pela lei. De que modo, enfim, os seus corpos se ajustariam ou não à moral implícita a uma performance idealizada, tanto dentro como fora do terreno de jogo.

Escrita e o poder colonial

Diversos documentos escritos legitimavam o direito de o poder colonial governar as sociedades africanas e estiveram na base da formação de uma administração e burocracias estatais. Os textos fixavam uma fórmula para o africano, o indígena, atingir o grau de civilização europeu. Faziam-no contra o modo como as sociedades africanas se haviam organizado. Inicialmente um dos critérios que asseguravam a transição civilizacional era precisamente a capacidade de escrever e ler em português. Outro era a conformidade com o código de vestuário europeu. Quem se encontrasse à margem desta comunidade de civilizados continuaria a submeter-se ao costume e à regulação do direito consuetudinário, norma social não escrita. As vidas de grande parte destes indivíduos não se encontravam apenas, porém, sob o efeito das lógicas, aliás bastante mutáveis, do costume, apesar da ambição do Estado colonial em fixá-las. Eles foram, de inúmeras maneiras, afetados pelo poder definido pela lógica da escrita. A escrita firmou a divisão imperial de África, definiu fronteiras, os nomes das regiões, das

localidades, dos rios e de outros marcos territoriais. A legitimidade conferido pelo Estado colonial a documentos escritos excluiu os indígenas dos direitos de propriedade, obrigou-os a pagar impostos e colocou-os perante a administração e a burocracia. Foram contados pela estatística, controlados por passes e cadernetas, analisados por cientistas coloniais, no quadro mais vasto do que Bernard Cohn designou por *investigatives modalities* (modalidades investigativas),³³ meio do conhecimento se transmutar em poder efetivo, num quadro vasto de domínio sobre a informação.³⁴ O poder da escrita era também o do comércio e da indústria, o da contabilidade, dos orçamentos e de toda a mecânica do cálculo económico moderno. As contas da produtividade exigiam pensar a eficácia dos trabalhadores, o controlo sobre os seus ritmos e sobre os seus corpos.

Ao ajudar a organizar as relações entre governantes e governados a escrita legitimou um sistema de estratificação.³⁵ O Estado colonial português procurou gerir os meios de disseminação da escrita e os seus efeitos sobre a organização social. Um sistema de ensino ineficaz e racialmente discriminado manteve a dinâmica de reprodução social.³⁶ Os africanos que acediam à educação e ao domínio da escrita, por origem de classe ou contacto mais efetivo com as escassas estruturas escolares, as mais efetivas geridas por missionários protestantes, conquistaram uma posição social de destaque na sociedade colonial. Entre eles encontravam-se muitos dos líderes dos clubes de futebol africanos. Para esta elite a escrita tornara-se num meio de posicionamento social decisivo. Isto sucedia no modo como canalizavam o protesto, a partir do texto publicado na imprensa, onde o domínio correto do português se revelava como uma forma de legitimação da palavra. Mas verificava-se também pelo interesse demonstrado em oficializar a existência de grupos desportivos, a partir da aprovação de estatutos que definiam, a partir de uma prática específica, uma atitude civilizacional. No universo específico

das relações sociais existentes num espaço de performance como o que caracterizava um jogo de futebol, e mesmo no quadro mais amplo das relações associativas, projetavam-se vivências sociais minimamente organizadas, pré-determinadas por regras e normas, verificáveis porque fixadas pelo texto. Em Lourenço Marques esta comunidade de leitores era necessariamente confinada.

Apesar de o regime colonial ter recorrido à lógica da escrita enquanto instrumento de poder, a sua dominação passou por repertórios de ação que em muito ultrapassaram a autoridade do texto. O Estado e um conjunto de atores políticos e económicos a atuar no espaço colonial por si administrado valeram-se sistematicamente de repertórios de poder não consagrados pela lei, fazendo uso da violência, da coação e da repressão. Por esses motivos foram acusados de violar convenções internacionais. Estes conflitos eram dirimidos por diplomatas e a especialistas em direito internacional, os agentes a quem cabia argumentar que as coisas do mundo respondiam com exatidão à letra da lei e defender a realidade desse império imaginado pela escrita e pela propaganda. A escrita sustentava assim um conjunto de estratégias retóricas, manejadas por especialistas dos “assuntos da escrita”, peritos na interpretação mais “correta” dos textos. Outros especialistas, porém, note-se os casos de vários emissários internacionais ao terreno colonial português, como o sociólogo americano Edward Ross que publicou o seu famoso relatório em 1925, utilizavam essa mesma força legitimadora do texto para construir uma outra perspetiva da realidade do império, denunciando o modo como Portugal não cumpria o fixado pela escrita.³⁷ Estes intérpretes invocavam a força do texto para reforçar doutrinas e poderes que entendiam a “prática portuguesa” como um repertório de dominação ultrapassado e um entrave aos seus próprios projetos.

Se os textos que emolduravam a dominação colonial portuguesa representavam imperfeitamente os repertórios do poder colonial não

eram também capazes de servir de indício de explicação da vida quotidiana das populações locais sob a transformação imposta pelo colonialismo. Os indígenas, supostamente vinculados pelo estatuto do indigenato aos seus costumes tradicionais e a práticas imemoriais, atravessavam um rápido processo de urbanização, trabalhavam e viviam nas cidades que construíam, absorviam a cultura urbana e criaram e transformaram os seus lazeres. Adquiriam, enfim, novas formas de vida, inexplicáveis pela representação da legitimidade colonial presente nos textos. As normas pelas quais se regiam no subúrbio decorriam da formação de um particular contrato social, instável e não submetido a regras escritas, embora construído em relação com o poder do colonizador. O modo como esta experiência social afetava a performance desportiva não se assemelhava ao choque entre as centenárias versões de “folk football” europeu, sujeitas elas próprias a inúmeras variações e apropriações locais,³⁸ e a variante ortodoxa e escrita do “*association*”, como nos exemplos oferecidos por Elias. Tratava-se sobretudo do modo como uma experiência social sob o colonialismo português na cidade de Lourenço Marques passou a projetar-se sobre o futebol moderno. Nesse sentido, o jogo tornou-se num observatório particular do processo de integração social que progredia nas periferias da capital de Moçambique. Na capital de Moçambique, o poder do mundo imaginado pela escrita foi parcialmente contrariado por equipas e jogadores que procuraram reconstruir o jogo a partir não apenas das suas visões do mundo, mas sobretudo da sua experiência prática, ou dos seus “sentidos práticos”, na asserção de Bourdieu.³⁹

Escrita e oralidade

Um dos efeitos da codificação das regras do futebol e do surgimento de identidades organizadas para tratar da sua aplicação prática foi o desenvolvimento de um carácter desportivo próprio. De

acordo com Elias, enquanto “ao nível dos confrontos de ar livre das tradições locais, sem regras sólidas e fixas, o jogo e os jogadores continuavam a ser bastante idênticos” no quadro do futebol moderno a lógica do jogo tende a sobrepor-se às características das pessoas que o jogam.⁴⁰ Esta tendência, no entanto, foi progressiva e nunca se concretizou absolutamente. Por um lado, a força dos arranjos sociais locais revelou-se muitas vezes capaz de pressionar a moral implícita às regras do jogo e ao modo como estas determinariam a ação social. Por outro, a ordem da interação em campo dependia não apenas do cumprimento das leis do futebol mas também da capacidade de valores individuais e coletivos interpretarem a linguagem do jogo, o que permitiria o reaparecimento, sob uma forma muito distinta, das dinâmicas locais e da expressividade individual. Elias e Dunning referem-se precisamente à possibilidade de jogadores e equipas criarem as suas “próprias tradições”, recorrendo a técnicas e a saberes, mas dentro do quadro performativo instituído pelas leis do jogo.⁴¹ No caso da imposição de modelos desportivos modernos, codificados por regulamentos escritos, a lei universal vai exercer uma violência sobre formas locais e “mais livres” de praticar jogos como o futebol. A resistência a esta repressão corporal assumiu várias modalidades.

Durante o processo de aplicação das normas propostas pela escrita existe, como nota Jack Goody, “uma deslocação parcial da intervenção humana da boca para a mão que tem um efeito significativo nas formas jurídicas, em especial nas simbólicas”.⁴² Acrescenta ainda que: “Traduzir estas normas gerais em termos do quotidiano exige com frequência um conjunto de retificações verbais, ou até de comentários escritos, que podem servir quer para interpretar quer até para alterar a lei”.⁴³ Como Goody observa “a letra da lei (a verdade)” distinguia-se do “espírito da lei (a verdade subjacente)”⁴⁴ e este era por sua vez sujeito a um conjunto de negociações e à influência de normas e hábitos consagrados. A

oralidade era uma das formas mais evidentes de ajustar a escrita a outras normas sociais. No espaço do campo de futebol em Lourenço Marques, mas também entre os adeptos que se juntavam para usufruir do jogo e discutir acerca das suas narrativas, a oralidade estabeleceu-se como uma força de intervenção sobre a performance.

Uma das características mais presentes nos jogos de futebol no subúrbio da capital de Moçambique, tanto nos campos improvisados onde se jogava de pé descalço, como nas competições mais estruturadas organizadas pela AFA, era a importância da argumentação verbal. Saide Mogne, um antigo atleta do subúrbio de Lourenço Marques, onde jogou desde o final da década de quarenta em clubes como o Mahafil Isslamo e o Atlético Mahometano, referiu-se precisamente às inúmeras discussões que rebentavam durante os jogos de futebol da AFA. Envolvendo jogadores e árbitros estas alterações rapidamente se propagavam ao público. Segundo a expressão de Mogne o jogo “estava sempre a parar”.⁴⁵ As interpretações diversas e quase sempre conflituais quanto ao significado das regras do jogo e quanto ao modo como os corpos se ajustavam ou não à sua lógica estavam na origem das recorrentes paragens. No espaço de significados e práticas que separava a redação escrita e a ação concreta dos corpos manobravam os juízos emitidos verbalmente, dando origem a um espaço de discussão específico. Quase sempre estas alterações relacionavam-se com movimentos que, pela sua impetuosidade e violência, poderiam desafiar a regra oficial do futebol.

Neste quadro competitivo interessava examinar o estatuto do agente que deveria ser responsável pela verificação da lei do jogo no próprio contexto de interação desportiva. Segundo os regulamentos da AFA era da responsabilidade do árbitro verificar se a “realidade do jogo” se ajustava à “realidade do livro”. O juiz tinha a tarefa de verificar a “verdade da performance”, penalizando quem a colocasse em causa. Como a redação escrita não possibilitava antecipar na totalidade a

morfologia dos gestos e movimentos dos jogadores, o árbitro devia ser capaz de interpretar a lei por respeito aos princípios formulados pelos regulamentos do *association*. O ofício de interpretação da palavra escrita não era uma demanda simples. As crônicas desportivas dos jogos da AFA descrevem a debilidade do árbitro no mundo do futebol africano, sujeito que estava a constantes críticas por parte de atletas e o público.⁴⁶ Essas críticas conduziam frequentemente a agressões físicas. Desde os anos trinta que os relatos dos jogos da AFA presentes nas crônicas de *O Brado Africano* dão conta de inúmeros problemas entre jogadores e árbitros, bem como entre estes e o público. Intérprete do poder da escrita o árbitro via-se desafiado por inúmeros argumentos. Algumas das descrições destes jogos realizadas por antigos praticantes referiam-se a estas situações. Mogne recorda-se das estratégias dos juízes do jogo para fugir da multidão enfurecida:

O árbitro, quando estava para apitar, já no fim do jogo, procurava a zona mais ocupada e quando acabava o jogo punha o pé no primeiro barrote e já ninguém o apanhava. Ele tenta procurar o sítio mais livre para se pirar. Então ele põe ali o pé e sai fora. Isso era normal em quase todos os jogos. Tinha que se pirar senão levava uma tarefa e ali não havia polícia.

Augusto Matine, um dos atletas negros que mais se destacou no futebol do subúrbio, referiu que “a tarefa do árbitro era complicada. Muitas das vezes tinha que correr. Nos jogos do subúrbio não se respeitava a figura do árbitro como o juiz, a pessoa idónea, aquele que todos nós temos que nos abaixar sob ele. Não se respeitava.” “Durante o jogo”, continuou, “havia aqueles mais velhos que diziam: eu dou um soco no gajo”. Estas ações “arrastavam o público, que ia atrás do que esse mais velho queria fazer. O público discutia sempre o que era e o que não era.”⁴⁷

Os jogadores e os adeptos possuíam perspectivas próprias acerca do modo como a performance contrariava ou não a regra do jogo. Nos desafios de futebol demonstravam constantemente, por intermédio de

estratégias retóricas variadas, a sua discordância com as posições do árbitro, quase sempre secundados por um público ruidoso e interventor. Estas situações eram reforçadas pelo conhecimento pouco rigoroso que os jogadores e público demonstravam ter acerca das regras do jogo. Desta forma as suas interpretações, mais do que respeitar o espírito da lei, convocavam outros valores para fazerem valer as suas perspetivas. O árbitro ia cedendo a estas imaginações alternativas da performance invocadas pela força da palavra, acabando também por participar na transformação do jogo imaginado pela escrita numa interação com características totalmente distintas. A pressão sofrida durante a performance obrigava-o a ser criativo. A sua atuação, baseada na lei, acabava por ceder à lógica da ordem da interação que governava o jogo local. Issufo Batata, jogador e treinador em várias equipas da AFA, considerou que “um bom árbitro é deixar. Só pode marcar falta com a bola em andamento.”⁴⁸ Matine, por sua vez, referiu que havia um limite para o cumprimento da lei: “se o árbitro marcasse três ou quatro faltas já era muito, embora o jogador, na realidade, estivesse sempre a fazer falta.”

Se o árbitro cumprisse a lei estaria a matar o estilo de jogo local. Este futebol suburbano dependia da existência de um certo nível de violência. A possibilidade da violência, que os regulamentos escritos procuravam combater, constituía no subúrbio um fundamento da performance, uma característica fundamental para os jogadores revelarem o seu talento. Expressavam-no pela forma como se defendiam dos adversários mas também como os procuravam ultrapassar com o seu talento individual as estratégias maliciosas dos adversários. A habilidade do jogador individualista destacava-se num contexto em que a sua capacidade malabarista se confrontava com estratégias violentas de defesa, reconhecidas como legítimas pelos princípios práticos que prevaleciam no espetáculo local. Por essa razão Issufo Batata afirmou

que o que definia melhor este jogo do subúrbio era o “factor medo”. E para que este continuasse a produzir o seu efeito, a moral da escrita tinha de soçobrar.

Quando descrevera alguns dos principais gestos que preenchiam o repertório motor dos jogadores do subúrbio de Lourenço Marques,⁴⁹ o poeta e jornalista José Craveirinha percorreu um conjunto de movimentos entre os quais se encontravam alguns que claramente punham em causa a regra do jogo. Era revelador como se valorizavam no subúrbio gestos que na língua dominante local, o ronga, significavam, entre outras coisas, “rasgar”, “partir” e “quebrar”, e eram utilizados para definir outras situações quotidianas. Parte substancial de gestos que, de tão importantes na economia do jogo, mereceram uma designação específica, descreviam atos violentos. Issufo Batata não tinha dúvidas que era do público que “saíam” esses gestos. Mogne confirmou: “a assistência pedia e os jogadores executavam (...) Alguns jogadores usavam joelheiras e os do público gritavam ‘chega-lhe aí no joelho’. O tipo já estava aleijado e o outro tinha que o eliminar.” Outro jogador, Hilário da Conceição, um atleta que acabaria por ter uma carreira de sucesso em Portugal, onde serviu o Sporting de Lisboa e a seleção nacional, refletiu também sobre esta relação entre o jogador e o público: “a malta vibrava com uma finta, com uma jogada rija, beketela, não é com maldade é pé com pé e bola no meio, caem os dois, a malta vibra.”⁵⁰

Não existindo uma tradição futebolística que justificasse as características deste jogo, os jogadores do subúrbio recorriam à informação que ia chegando sobre as formas de jogar futebol no mundo. A certa altura, no subúrbio de Lourenço Marques, começaram a contar-se histórias sobre a “dureza italiana”. Os jogadores italianos, que nenhum dos jovens jogadores locais alguma vez vira jogar, eram celebrados pela impetuosidade como interpretavam o *association*: “Como não havia televisão”, recorda Matine, “não se sabia muito bem como se jogava

noutros países. Havia sempre alguém, no entanto, que por uma razão ou por outra visitara esses lugares, e que falara com certo indivíduo, ou conheceria alguém que visitara». Foi então que alguém afirmou com conhecimento: “a equipa italiana é dura como o caraças, joga bem mas são duros e mais rápidos que os portugueses”; na Itália “joga-se duro, marca-se em cima, utiliza-se o corpo”. E assim a “dureza italiana” tornou-se num meio de legitimação dos gestos que no jogo do subúrbio desafiavam a lei do futebol. Como “não havia bem a noção do que era dureza italiana”, continuou Matine, “muitas vezes ultrapassávamos as leis: éramos duros porque aquilo era a dureza italiana, o gajo mais corpulento encostava o corpo ao outro e dizia ‘é dureza italiana’”. E conclui então: como era dureza italiana, “não podia ser falta”. A performance imaginada do jogo dos italianos reforçava a economia prática e simbólica do jogo local, sendo a legalidade da sua performatividade argumentada verbalmente ao se invocar a origem europeia daquele tipo de comportamento físico. Perante a força da ordem da interação desportiva local, a moral existente aos códigos escritos revelava-se muito frágil.

A tentativa da escrita restringir a violência instituíra uma norma e, concomitantemente, tomava como infrator quem não atuasse dentro dos limites performativos designados pela lei. A infração devia então ser reprimida; sobre os transgressores levantava-se um estigma. No futebol do subúrbio havia uma inversão parcial desta normatividade. Aquilo a que os seguidores da lei qualificavam de violento era para a economia simbólica do subúrbio um conjunto complexo de estratégias astuciosas. Estas, por revelarem o valor do jogador e a sua capacidade de enfrentar condições de performance difíceis, eram não só legítimas mas a base da constituição da performance. A valorização destas estratégias legitimava um sentido prático mais alargado, um genérico habitus suburbano que deve ser interpretado à luz do processo de urbanização na periferia

colonial e da formação nesse espaço de um particular contrato social.

Conclusão

O tipo de moralidade presente no jogo de futebol do subúrbio de Lourenço Marques não se apresentava como uma representação corporal da moralidade implícita aos regulamentos escritos que organizavam o futebol moderno. Os significados criados por este futebol da periferia eram produzidos, no entanto, com base na possibilidade performativa conferida pela escrita. Esta proporcionava a definição mínima das bases de um jogo, oferecendo a possibilidade do estabelecimento de inúmeros laços sociais. Concedia a jogadores e a adeptos uma linguagem inclusiva. Mas enquanto forma moldável, esta linguagem absorveu um conjunto de moralidades que a transformaram. O jogo adquiriu assim uma ética e estética próprias que dependiam da negociação da regra escrita e em último caso da sua subversão. A performance não expressava apenas um talento desportivo, mas uma visão do mundo cuja origem se pode em grande medida procurar na experiência prática dos habitantes do subúrbio, ou, dito de outra forma, no contrato social instável que fora construído por grupos e indivíduos em interação constante na periferia de Lourenço Marques, uma mão de obra barata e precária que procurava melhorar a sua condição.

A relação deste contrato social com a escrita pode comparar-se à relação da escrita com a tradição e o costume. No caso das formas de futebol popular na Inglaterra medieval Elias e Dunning referiram-se ao modo como nestes jogos se projetava uma “pequena escala da democracia camponesa auto-regulada”, com a relativamente diminuta supervisão de vigilantes do exterior⁵¹... As regras destes jogos, quando incumpridas, geravam confrontos violentos. A tradição do futebol no subúrbio provinha necessariamente de um contexto distinto. Feito à margem da infraestrutura estatal, das suas leis, códigos e regulamentos,

embora necessariamente em diálogo com a sua mundividência, o contrato social que governava o subúrbio assentava num conjunto de assunções tácitas, de direitos e deveres que todos reconheciam mas que encontram em permanente disputa. A linguagem do futebol absorveu esta moralidade suburbana. Traduzida em gestos desportivos reforçados por retóricas verbais abrangentes, esta moral desafiava a lei do jogo e os seus princípios. Legitimava, assim, os usos de uma violência descentralizada que apreciava enquanto elemento estético. Combatia também a autoridade central do garante da lei, obrigando o árbitro a ajustar a regra oficial do jogo à economia prática e simbólica que dominava o futebol local. Uma performance com tais características contrariava os desejos das elites locais e da sua imaginação política. Esta era indiscutivelmente também uma projeção da sua experiência social no contexto da qual a razão da escrita assumia uma importância determinante na definição de um estatuto.

O jogo de futebol tornou-se assim num espaço particular de negociação da modernidade. Esta modernidade não era a idealizada pelo livro mas aquela que na prática caracterizava um processo de integração social num subúrbio colonial social e racialmente discriminado, carente de infraestruturas básicas, atacado por catástrofes naturais, pela doença e pela fome, e onde todos procuravam defender-se da melhor forma, perante a ausência de instâncias mais sólidas de enquadramento. No jogo, porém, expressava-se também um conjunto de desejos e aspirações de mudança e a força de uma comunidade que, feita de partes diferentes, partilhava uma existência e inúmeras formas de interdependência social.

Notas

* Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: nuno.domingos@ics.ul.pt

¹ GOODY, Jack. *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*. Lisboa, Ed. 70, 1987, p. 198.

² GOODY, Jack, *op.cit.*, p. 21.

³ GOODY, Jack, *op. cit.*, pp. 195-198.

⁴ ELIAS, Norbert. A Gênese do Desporto: um problema sociológico. In: ELIAS, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992, p. 192.

⁵ ELIAS, Norbert. Ensaio sobre desporto e violência. In: ELIAS, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992, p. 234.

⁶ BOURDIEU, Pierre. Como se pode ser desportivo?. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa, Fim-de-Século, 2003 pp. 181-204.

⁷ “Outros futebóis”, como se lhe referiu o antropólogo Arlei Sander Damo. DAMO, Arlei Sander. Senso de jogo. *Esporte e Sociedade*. ano 1, n.º 1 (Nov-2005-Fev 2006), pp. 9-10.

⁸ BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality*. New York: Anchor Books, 1967, p. 41.

⁹ DOMINGOS, Nuno. *Futebol e Colonialismo. Corpo e Cultura Popular em Moçambique*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

¹⁰ Sobre a formação da cidade de Lourenço Marques ver ZAMPARONI, Valdemir. *Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890 . c 1940*. Tese apresentada para a obtenção de grau de doutor em História Social junta da Faculdade de Filosofia. São Paulo: Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

¹¹ HARRIS, Marvin. Labour Emigration among the Moçambique Thonga: Cultural and Political Factors. In: *Journal of the International African Institute*. Vol. 29, n.º1 (Jan., 1959), pp. 50-66. HARRIES, Patrick. *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa*. c. 1860-1910 (Portsmouth, NH: Heinemann, 1993); HARRIS, Marvin. Labour Emigration among the Moçambique Thonga: Cultural and Political Factors. *Journal of the International African Institute*. Vol. 29, n.º1 (Jan., 1959), pp. 50-66.

¹² PENVENNE, Jeanne Marie. Here Everyone Walked with Fear: The Mozambican Labor System and the Workers of Lourenço Marques, 1945-1962. In: COOPER, Frederick (coord.). *Struggle for the City*. Berkeley, Sage, 1983, pp. 131-166.

¹³ NAURIGHT, John. *Sports, Cultures and Identities and South Africa*. London, Leicester University Press, 1997; ALEGI, Peter. *Laduma: Soccer, Politics and Society in South Africa*. Natal, University of Kwazulu-Natal Press, 2004.

¹⁴ ELIAS, Norbert. A Gênese do Desporto: um problema sociológico. In: ELIAS, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992.

¹⁵ BLACKING, John. Games and Sport in Pré-Colonial African Societies. In: *Sport in África*. BAKER, William; MANGAN, James (coord.). New York: Africana, 1987, pp. 3-22.

¹⁶ DOMINGOS, Nuno. *Futebol e Colonialismo. Corpo e Cultura Popular em Moçambique*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 121-124.

¹⁷ Aplica-se ao jogo de futebol o conceito criado por Erving Goffman: “O funcionamento da ordem da interação pode facilmente ser encarado como a consequência de sistemas de convenções deontológicas, no sentido de regras de base de um jogo, condições do código da Estrada ou regras da sintaxe de uma linguagem” GOFFMAN, Erving. *A Ordem da Interação*. In: *Os Momentos e os Seus Homens*. Lisboa, Relógio D’Água, 1999, p. 202.

¹⁸ DUNNING, Eric. *A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados*.

¹⁹ José João Craveirinha nasceu em Lourenço Marques, em 1922. Poeta consagrado, jornalista, colaborou em diversas publicações periódicas, nomeadamente em *O Brado Africano*, no *Itinerário*, no *Notícias*, na *Mensagem*, no *Notícias do Bloqueio* e no *Caliban*. Nestas colaborações, o desporto foi um dos seus temas mais recorrentes. Foi funcionário da Imprensa Nacional de Lourenço Marques. Jogou futebol em clubes de Lourenço Marques. Foi preso pela PIDE e ficou encarcerado durante cinco anos. Após a independência de Moçambique foi membro da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e presidiu à Associação Africana. Foi Prémio Camões em 1991. É um dos mais reconhecidos poetas da língua portuguesa e um dos maiores escritores africanos. A sua primeira obra, *Xibugo*, data de 1964.

²⁰ DOMINGOS, Nuno. Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano. In: *Análise Social*, XLI, n.º 179, pp. 410-411.

²¹ ROCHA, Aurélio. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Maputo, Promédia, 2002.

²² HEDGES, David,(coord.). *História de Moçambique*, vol. II. Maputo: Livraria Universitária de Maputo, 1999, p. 61.

²³ AHM, DSAC, Secção A - Administração Civil, Agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo. Associações Desportivas, Recreativas e Culturais ,Caixa 14, Processo 27/115, Assunto Grupo Desportivo Beira Mar 1934-1971, Regulamento da AFA 1935. Portaria n.º 2:283 1/8/1934.

²⁴ AHM, DSAC, Secção A - Administração Civil, Agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo. Associações Desportivas, Recreativas e Culturais ,Caixa 14, Processo 27/115, Assunto Grupo Desportivo Beira Mar 1934-1971, Regulamento da AFA, 1935.

²⁵ GLUCKMAN, Max. 1955. *Custom and conflict in Africa*. Oxford: Blackwell. GLUCKMAN, Max. *Essays on the Ritual of Social Relations*. Manchester: Manchester University Press, 1962.

²⁶ GRANOVETTER, Mark. 1973. The Strength of Weak Ties. In: *American Journal of Sociology*. Vol 78, Issue 6 (May. 1972): 1360-1380.

²⁷ Em 12 e 13 de Julho de 1930 foi anunciado o que terá sido o primeiro jogo entre equipas de Lourenço Marques e Joanesburgo. O governador-geral assistiu e cumprimentou as equipas (*O Brado Africano* 19/7/30).

²⁸ O Grupo Desportivo João Albasini, o Beira-Mar e o Sport Nacional Africano eram alguns dos clubes onde o formalismo da indumentária adquiria um maior significado.

²⁹ Sobre João Albasini ver PENVENNE, Jeanne Marie. João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique. In: *The Journal of African History*. Vol. 37, No. 3 (1996), pp. 419-

³⁰ Estatutos do Grupo Despotivo João Albasini. Portaria n.º.3016. 1937/21/4.

³¹ Estatutos do Grupo Despotivo João Albasini. Portaria n.º.3016. 1937/21/4.

³² RITA-FERREIRA, António. 1967- 1968. *Os Africanos de Lourenço Marques*. In: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique / Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Vol. 9, série C: 95-491.

³³ COHN, Bernard. *Colonialism and its forms of knowledge*. New Jersey, Princeton University Press, 1996.

³⁴ BAYLY, Christopher. *Empire and Information: Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780-1870*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

³⁵ Goody desenvolve este raciocínio citando a obra de Foucault. GOODY, Jack. *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*. Lisboa, Ed. 70, 1987, p. 35; 139.

³⁶ O ensino indígena, racialmente discriminado e entregue pelo Estado Novo à Igreja Católica, revelou-se pouco eficiente na transmissão de conhecimento, mais preocupado que estava com a inserção dos africanos nas dinâmicas do trabalho colonial. PAULO, João Carlos. Da Educação Colonial Portuguesa ao Ensino no Ultramar. In: *A História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5, org. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999, pp. 304-333.

³⁷ Sobre o processo que envolveu o conhecido Relatório Ross ver JERÓNIMO, Miguel. *Livros Brancos Almas Negras*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

³⁸ ELIAS, Norbert, DUNNING, Eric. O futebol popular na Grã-Bretanha medieval e nos inícios os tempos modernos. In: ELIAS, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992, p. 268.

³⁹ “O sentido prático é o que permite agir como deve ser (ôs dei, dizia Aristóteles) sem pôr nem executar um deve ser» (kantiano), uma regra de comportamento. Maneiras de ser que resultam de uma modificação duradoura do corpo operada pela educação, as disposições que o sentido prático actualiza permanecem inapercebidas não só enquanto não passam ao acto como até mesmo então, dada a evidência da sua necessidade e a sua adaptação imediata à situação.” BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Oeiras, Celta, 1998, p. 122.

⁴⁰ ELIAS, Norbert. Introdução. In: ELIAS, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992. p. 66.

⁴¹ ELIAS, Norbert, DUNNING, Eric. O lazer no espectro do tempo livre. In: ELIAS, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992, p. 234.

⁴² GOODY, Jack. *op. cit.*, p. 173.

⁴³ GOODY, Jack. *op. cit.*, p. 189.

⁴⁴ GOODY, Jack. *op. cit.*, p. 187.

⁴⁵ Entrevista dada ao autor. 15/4/2006. Maputo.

⁴⁶ DOMINGOS, Nuno. *Futebol e Colonialismo. Corpo e Cultura Popular em Moçambique*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 150-153.

⁴⁷ Entrevista dada ao autor. Lisboa 13/12/2007.

⁴⁸ Entrevista dada ao autor. 22/5/2006. Maputo.

⁴⁹ “*Pandya*: (Lê-se pandja) Enquanto em português não temos palavra que exprima o momento em que os pés dos jogadores ao disputar a bola, chutam

nela simultaneamente, e causam um som característico pelo impacto, o desportista africano criou a palavra *pandya* a qual traduzida à letra quer dizer rachar, ou rebenta! Este termo entrou já na gíria portuguesa local; *Beketela*: O jogador que prevê a entrada de um adversário e apoia o seu pé na bola de maneira a provocar o choque que muitas vezes causa traumatismos graves a quem chuta e quase sempre a sua queda. A palavra traduzida significa: pôr. O *beketela* é usado com maldade colocando-se o pé um pouco acima da bola de modo a que a perna (região do tornozelo e canela) vá chocar-se no pé firmado na bola pelo calcanhar. Há o *beketela* henlha - pôr no ar – e o *beketela* hansi – pôr em baixo; *Wandla*: É o atrasar-se de propósito no lance de maneira que o adversário chute primeiro mas com o próprio impulso vá roçar fortemente a parte compreendida pela canela nas traves da bota aparentemente inofensiva no ar. Tradução: descascar”; *Tyimbela*: (tchimbela) O fazer de um adversário alvo da bola chutada com a máxima violência para sua intimidação em futuras jogadas em que se pode ganhar o lance só com a ameaça de chutar, o que quase sempre leva o visado a dar as costas à bola, sendo depois driblado com a maior da facilidade”. CRAVEIRINHA, José. Terminologia ronga no futebol, em conjugação oportuna e sua interpretação. *In: O Brado Africano*. 12-2-1955, p. 8.

⁵⁰ *Conbolar* era o verbo local que designa a arte da finta. Entrevista ao autor. 11/12/2007, Lisboa.

⁵¹ ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. O futebol popular na Grã-Bretanha medieval e nos inícios os tempos modernos. *In: ELIAS, Norbert. A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992, p. 276.

Data de envio: 21/03/2014.

Data de aceite: 29/03/2014.